

1.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura
Ata da 112.^a Sessão Ordinária
Realizada em 3 de Agosto de 1971 — 3.^a - Feira

Presidência do sr. deputado Antônio Costa, secretariada pelos srs. deputados Ivo Tomazoni e Rosário Pitelli.

À Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Acyr José, Aguinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emilio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Gabriel Marcol, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuk, Maurício. Fruet, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima e Xenofonte Villanueva (41); achando-se ausentes os srs. deputados: Quielse Crisóstomo, Fuad Nacli, Igo Losso, João Marisur, Pinto Dias e Wilson Brandão (6).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a
S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
E X P E D I E N T E:

OFÍCIOS:

Sob os ns. 53 e 68-71, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Sancionado os Projetos de Lei ns.:

32-71: Do Senhor Deputado Erondy Silvério, que concede ao General de Divisão José Campos de Aragão, o Título Honorário de Cidadão Paranaense, o qual convertido em Lei, tomou o n. 6.198. — **Agradeça-se.**

164-70: Do Senhor Ex-Deputado Abrahão Miguel, que declara de Utilidade Pública a Associação e Oficina de Caridade Santa Rita de Cássia, com sede nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n. 6.190. — **Agradeça-se.**

41-70: Do Senhor Deputado Antônio Lopes Júnior, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Repórteres Fotográficos e Cinematográficos do Estado do Paraná, com sede nesta Capital, o qual convertido em Lei, tomou o n. 6.200. — **Agradeça-se.**

183-69: Do Senhor Ex-Deputado Luiz Renato Malucelli, ue declara de Utilidade Pública a Associação São Vicente de Paula. (Conselho Particular de

Jandaia do Sul, Pr.), o qual convertido em Lei, tomou o n. 6.201. — **Agradeça-se.**

37-70: Oriundo de Mensagem Governamental sob o n. 10-70, que doa à Campanha de Habitação do Paraná, um terreno de propriedade do Estado do Paraná, situado na cidade de Pirai do Sul, o qual convertido em Lei, tomou o n. 6.202. — **Agradeça-se.**

224-69: Do Senhor Deputado Antônio Lopes Júnior, que declara de Utilidade Pública, o "Foto Clube do Paraná", com sede nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n. 6.203. — **Agradeça-se.**

134-70: Do Senhor Ex-Deputado Olavo Ferreira, que declara de Utilidade Pública, a Associação das Damas de Caridades de Londrina, o qual convertido em Lei tomou o n. 6.203. — **Agradeça-se.**

42-70: Do Senhor Deputado Antônio Lopes Júnior, que declara de Utilidade Pública, a Associação das Damas de Caridade de Londrina, o qual convertido em Lei tomou o n. 6.205. — **Agradeça-se.**

Sob o n. 918, do Senhor Dr. Daniel Egg, Secretário de Estado dos Negócios da Saúde Pública, prestando informações a Requerimento do Senhor Deputado Hélio Manfrinato. — **Ao conhecimento do sr. Deputado interessado.**

Sob o n. 199-71, do Senhor Deputado Nelson Pedrini, Presidente da Associação Legislativa do Estado de Santa Catarina, convidando a Presidência desta Casa para participar do 1.º Encontro de Presidentes de Assembléias Legislativas da Região Sul, nos dias 13 e 15 de agosto vindouro, na cidade Balneária de Camboriú, Sta. Catarina. — **Ao conhecimento do sr. Presidente.**

Sob o n. 351-71, do Senhor Luiz Carlos Nascimento Tourinho, comunicado haver assumido por Ato do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, o cargo de Diretor da Faculdade de Florestas, da Universidade Federal do Paraná. — **Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.**

Da Senhora Dircélia Macedo Busse, Presidente do IV Congresso Nacional de S.O.S. (Serviço de Obras Sociais), convidando a Presidência deste Poder para participar do referido congresso, que terá lugar na cidade de Londrina no dia 26 de agosto vindouro, às 20,00 horas, no anfiteatro do I.B.C. — **Ao conhecimento do sr. Presidente.**

REQUERIMENTOS:

— De autoria do sr. deputado Paulo Poli, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n. 89-71.

— De autoria do sr. deputado Leopoldo Jacomel, solicitando Regime d Urgência para o Projeto de Lei n. 103-71.

Requerimento

Senhor Presidente:

Os Deputados que abaixo assinam, no exercício de suas atribuições regimentais, requer, ouvido o Plenário, seja inserido em Ata voto de profundo pesar pelo trágico desaparecimento do vereador à Câmara Municipal de Apucarana, dr. Osmar Guaracy Freire, ocorrido em recente desastre automobilístico no Sudoeste paranaense.

Requerem ainda, sejam transmitidos os sentimentos à família residente na cidade de Apucarana, por intermédio de seu pai, sr. Sebastião José Freire, e, ainda à douta Câmara Municipal da mesma cidade, por intermédio de seu ilustre Presidente, dr. Edison Kuster.

Sala das Sessões, em 3 de agosto de 1971.

(aa) Santos Lima e Antônio Maciel

Requerimento

Senhor Presidente:

Considerando:

1. As extraordinárias vitórias obtidas pelo jóquei paranaense Luiz Rigoni;
2. A vitória notável alcançada no último domingo, por ocasião da disputa do Grande Prêmio Brasil, prova máxima do turfe nacional.
3. A excelente divulgação realizada para o nosso Estado pelo dirigente conterrâneo, Requeiro à Mesa, na forma regimental, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje um voto de congratulações ao cidadão paranaense sr. Luiz Rigoni. Outrossim, aprovado o presente, officie-se ao homenageado.

Sala das Sessões, em 3 de agosto de 1971.

(a) **Maurício Fruet**

Requerimento

Senhor Presidente:

Na forma regimental, requeiro, consultado o Plenário, seja dirigido por intermédio da Mesa, através de ofício, apêlo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, no sentido de que sejam elevados em dois níveis por meio de Decreto, os cargos em que foram aproveitados os ex-integrantes da Polícia Rodoviária Estadual, agora integrando o Quadro de Pessoal do Departamento de Estradas de Rodagem, a exemplo do que já foi feito, anteriormente, com o pessoal da extinta Guarda Civil e com os atuais Guardas e Inspetores de Trânsito.

Sala das Sessões, em 3 de agosto de 1971.

(a) **Nelson Buffara**

Requerimento

Senhor Presidente:

Considerando:

1. As inúmeras deficiências de equipamento e a necessidade de se dotar a Polícia Civil paranaense de um quadro de servidores mais elevado;
2. O fato, que se constata pelo documento em anexo, de que em muitas carreiras policiais o número de integrantes, aos invés de acompanhar o crescimento e o progresso do nosso Estado, sofre diminuição, como por exemplo os cargos de escrivães, que em 1960 eram em número de 148, e em 1970 atingiu apenas 113; como os de agentes que de 407 em 1960, passaram 400, em 1970; como os de guardas civis, que de 795 em 1960, totalizavam 580 em 1970.
3. Que facilmente se convence que a Polícia regrediu no tempo e no espaço; enquanto o Estado cresce em escala geométrica, seu organismo policial retrai-se aritmeticamente, definhando nos seus quadros humanos, empobrecendo nos recursos de que dispõe, e enfavelando-se nas condições ambientais de trabalho;
4. Que, conforme trabalho exaustivamente exposto no Governo anterior, ficou demonstrado que os governos estaduais do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais, Guanabara, Estado do Rio e outros, atendendo à convocação do Poder Central da União e reconhecendo a gravidade da investida político-ideológica radical, com interferências exógenas e o florescimento de modalidades criminosas inéditas — aprimoram, atualizam, estimulam e asseguram condições exequíveis e modernas às suas organizações policiais, destacadamente os órgãos civis, no seu duplo desdobramento: administrativo (preventivo) e judiciário (repressivo);
5. Que muitos desmandos são praticados por autoridades policiais em vários municípios do interior, onde seis exercitantes são improvisados temporariamente como representantes de autoridades públicas e investidos de uma somática de poderes para os quais não estão preparados profissional e tecnicamente, e subjetivamente inconscientes da indispensável isenção, equilíbrio e independência às injunções de uma política que não se assemelha

no cavalheiresco embate partidário e à conduta elegante de seus filiados;

6. A existência de estruturas arcaicas e altamente onerosas de organismos policiais, vinculados a uma tradição já integralmente absorvida pelas exigências da administração pública contemporânea, e que propiciam um fantástico desperdício de material humano, preciso, mas desvirtuado para finalidades internas e burocráticas;

7. O despreparo das autoridades referidas no item 5, que redundam em inquéritos mal conduzidos, quando não instaurados;

8. A inexistência de peritos em diversas e importantes metrópoles paranaenses, e a inexistência de um quadro de servidores especializados em trânsito, que efetivamente preencham as exigências do trabalho policial no interior;

9. O alarmante declínio, nos últimos anos, do índice quantitativo dos policiais, prejudicando o exercício da vigilância pública e aplicação da Lei, ademais das consequências decorrentes do super-trabalho e favorecimento à corrida de marginais conscientes da deficiência humana do aparelho policial;

10. As condições das instalações policiais na Capital e no Interior, e o número insuficiente de equipamentos de transporte e armamento adequados às diligências complexas e habitualmente arriscadas desenvolvidas no combate ao crime;

11. O estudo sucinto dos quantitativos humanos existentes no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais, Estado do Rio e Guanabara, que constam nos anexos ao lado, e que revelam as grandes diferenças existentes com relação ao quadro observado no Paraná;

12. O índice alarmante de delitos que vêm se observando em Curitiba e no Estado do Paraná;

13. A competência e o elevado espírito público dos policiais de carreira, os quais, apesar de todos os seus esforços e dedicação, não recebem a devida atenção e o necessário equipamento para o pleno exercício de suas funções,

Requeiro

à Mesa, regimentalmente, officie-se ao exmo sr. Governador do Estado, dando-lhe inteiro teor do presente requerimento e sugerindo a S. Exa. que com a máxima urgência adote as medidas necessárias e indispensáveis para assegurar e oferecer condições atualizadas à Polícia Civil paranaense.

Sala das Sessões, em 3 de agosto de 1971.

(a) Maurício Fruct

Requerimento

Senhor Presidente:

Requeiro à Mesa, ouvida a Casa, que se enderece telegrama aos integrantes da bancada paranaense com assento nas duas Casas do Congresso Nacional, encarecendo a necessidade de nossos representantes procurarem sensibilizar o Governo Central e a cúpula dirigente da Petrobrás, fazendo-lhes ver a interesse, necessidade e vantagem da instalação, no Paraná, de uma refinaria de petróleo.

Sala das Sessões, em 3 de agosto de 1971.

(a) Nivaldo Krüger

Requerimento

Senhor Presidente:

A cidade de Santa Isabel do Ivaí, sede de seu Município, que é de presença marcante na vida social e econômica do Estado, reclama, e com justa razão, urgentes providências do Poder, para um setor de administração pública que lhe é vital e que se acha em abandono.

Trata-se da rodovia que liga a sede do Município de Santa Isabel do Ivaí a Paranavai e que, nas épocas de chuvas, vem se tornando intransitável.

Anteriormente, o DER, mediante assistência constante, mantinha a estrada em condições de tráfego, embora se trate de rodovia de leito natural.

De tempos para cá, entretanto, nenhuma assistência à citada rodovia tem sido dispensada pelo DER. E como resultado dessa omissão, nas últimas chuvas, na conhecida subida da "Água da Paixão", a estrada teve seu trânsito interrompido. Nem veículos pesados nem os mais leves conseguiram romper o barreiro que já cobriu totalmente o antigo pedregulhamento ali feito.

Vale acentuar que, no citado trecho, surgiu uma nascente em pleno leito da estrada; enquanto isso, ao longo do percurso de 82 quilômetros dessa ligação, aumentam as erosões e vão desaparecendo também os esgotos existentes.

A vista do exposto, data vênha requer, com aprovação do Plenário, sejam solicitadas as valiosas providências do Exmo. sr. Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, no sentido de que Sua Excelência ordene a urgente retomada, pela Residência responsável dos serviços de conservação e melhoria da estrada de rodagem Santa Isabel do Ivaí-Paranavaí, colocando-a em condições normais de tráfego, inclusive mantendo pedregulhados os trechos críticos apontados.

Sala das Sessões, em 3 de agosto de 1971.

(a) Muggiati Filho

Requerimento

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, usando das suas prerrogativas regimentais, depois de ouvido o Plenário, Requer seja, por ofício, encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Governador Haroldo Leon Peres, um voto de plena confiança em seus trabalhos para conseguir junto à alta direção da Petrobrás, a instalação de uma refinaria de petróleo em nosso Estado.

Sala das Sessões, em 3 de agosto de 1971.

(a) Fabiano Braga Côrtes

JUSTIFICATIVA:

Correu o tempo de 20 anos e o assunto permanece em pé. Os mais exaustivos estudos foram procedidos pela administração estadual para justificar a implantação, em nosso Estado, de uma refinaria da Petrobrás. Estudou-se a evolução do consumo, a oferta das refinarias, a importação por Paranaguá. Foram feitas comparações entre o consumo de derivados petrolíferos pelo Paraná e pelo País. Estudou-se o consumo "per capita", a distribuição por zonas; o abastecimento via São Paulo e via Paranaguá. Enfim, tudo foi calculado e chegou-se à conclusão da necessidade, e diga-se ainda, urgente, de que o Paraná terá, pelo seu progresso e pelo trabalho do seu povo, o justo prêmio de ver instalada em seu território uma refinaria de petróleo. Quanto ao fato de ser no Paraná, já não mais se discute. Resta agora decidir o lugar em que a mesma será instalada, se em Curitiba ou em Morretes. Fala-se em Morretes, por possuir esse município uma privilegiada situação geográfica, situada ao pé da Serra do Mar e entre os rios dois portos, além de água abundante, e não ter problema com energia elétrica. Acreditamos que o próprio Estado Maior do Exército, se consultado, optará por Morretes. Mas, sem divagações e sem querer ser cansativo com a situação de dados e números, tem por objetivo esta nossa proposição, respondendo a certos elementos que pretendem atingir a dignidade do Governador do Estado, manifestar a confiança e apoio que o povo do Paraná, por intermédio dos seus representantes nesta Casa, têm no trabalho silencioso e firme do senhor Haroldo Leon Peres. Sabemos que ele está dedicando ao assunto o seu maior carinho e saberá fazer valer, no momento certo, o insofismável direito do Paraná possuir seu complexo petrolífero. Obrigado.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Viação e Obras Públicas, contendo apêlo no sentido de ser construído, com urgência, um prédio para as instalações do Posto Fiscal Rio da Areia, na cidade de União da Vitória, em virtude do atual Posto estar funcionando apenas em um simples abrigo, cujas condições são precaríssimas, não satisfazendo, desta maneira, às exigências indispensáveis para um melhor andamento e atendimento do serviço público, considerando a sua imprescindibilidade e importância.

Sala das Sessões, em 3 de agosto de 1971.

(a) Domício Scaramella

PROJETOS DE LEI:

Projeto de Lei n. 154-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir ao Sistema Estadual de Ensino o atual "Colégio Comercial Municipal Artur Thomaz", da sede do Município de Terra Boa, o qual passa a denominar-se "Escola Técnica de Comércio Artur Thomaz".

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 3 de agosto de 1971

(a) Armando Queiroz

JUSTIFICATIVA:

Objetiva o presente Plano de Lei transferir ao Sistema Estadual de Ensino o atual "Colégio Comercial Artur Thomaz", da sede do Município de Terra Boa, para dar-lhe uma melhor condição de funcionamento, visto que aquele Município não dispõe de verba suficiente para tal fim.

Tais razões, assim entendemos, justificam plenamente a apresentação desta iniciativa à consideração de nossos ilustres Pares, esperando se lhe dê o apoio indispensável.

Projeto de Lei n. 155-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — É declarado de utilidade pública o Serviço de Obras Sociais de Sertanópolis, sediado na cidade do mesmo nome.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 3 de agosto de 1971

(a) Borsari Neto

JUSTIFICAÇÃO:

O Serviço de Obras Sociais de Sertanópolis, que se pretende seja declarado de utilidade pública, é uma entidade sem fins lucrativos, que tem por objetivo promover o bem-estar individual ou da família, sem distinção política, religiosa ou racial; combater a falsa mendicância e promover a recuperação das pessoas realmente necessitadas; dar assistência à maternidade e infância, prestando, enfim, assistência econômica, social, moral, cultural, educacional, recreativa e física aos de modesta situação econômica.

Pelos muitos e relevantes serviços que presta à comunidade de Sertanópolis, essa benemerita instituição já se impôs ao respeito e à admiração da sociedade local e torna-se, por isso, credora do reconhecimento dos Poderes Públicos. Daí o Projeto que ora submetemos ao estudo e à deliberação da Casa.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.
Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, sr. deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, srs. Deputados.
Recordamos, com muita satisfação e enorme prazer, dois episódios, entre os muitos, que marcaram a vida do ex-governador Paulo Pimentel quando a êle eram solicitadas soluções para assuntos da mais alta importância. Na sua sensibilidade de homem público, por duas vezes, atendeu solicitações minha e do deputado Erondy Silvério.

No que diz respeito à minha solicitação, o ex-Governador elevou dois níveis para os ocupantes da ex-Guarda Civil. Foi feito expediente neste sentido e S. Exa. naquela oportunidade, vendo que procedia nossa solicitação, nos atendeu e elevou em dois níveis os ocupantes da ex-Guarda Civil, uma vez que medida idêntica havia sido tomada com relação aos que estavam na ativa.

Posteriormente, por ingerência do deputado Erondy Silvério, os membros do Detran tiveram igual tratamento.

Hoje, srs. Deputados, pretendemos que igual tratamento seja dado aos ex-guardas rodoviários, hoje integrados no quadro de pessoal do DER.

Fizemos expediente que vai ser submetido à apreciação dos srs. Deputados o qual está acompanhado por uma justificativa que nos parece fará com que o atual governador do Estado, Haroldo Leon Peres, dê idêntico tratamento aos membros da ex-Polícia Rodoviária do Departamento de Estradas de Rodagem.

Entre outras coisas, diz a justificativa: (Lendo): "De acôrdo com o Decreto n. 12.471, de 9 de outubro de 1968, publicado em Diário Oficial do Estado de n. 184, prescrevendo em seu artigo 4.º, o seguinte:

Fica extinto o Grupo Ocupacional de Polícia Rodoviária do Departamento de Estradas de Rodagem, assegurando-se aos seus componentes aproveitamento nos quadros do Corpo de Policiamento Rodoviário, preenchidos os requisitos legais ou daquele Departamento, nas ocupações correspondentes aos seus níveis funcionais".

Pois bem, através do ato administrativo, o Departamento Estadual do Serviço Público, DESP, enquadrou os ocupantes do extinto Grupo Ocupacional da Polícia Rodoviária, nos mesmos níveis, nas carreiras de Escriturário, Motorista, Agente Auxiliar Rodoviário, Auxiliar de Desenhista etc., compatíveis êstes enquadramentos com os poderes e habilitações de cada um.

Transportemo-nos, agora, srs. Presidente nobres srs. Deputados, um pouco a um passado que não vai longe, recordando a situação das Guardas Cíveis do Brasil e em particular, a gloriosa Corporção da nossa extinta Guarda Civil do Paraná. O Decreto-Lei Federal n. 1.072, de 30 de dezembro de 1969, extinguiu as Guardas Cíveis dos Estados e Territórios, tendo em vista que o policiamento fardado ostensivo é da competência das Polícias Militares. Sendo que, pelo artigo 159, da nossa Carta Magna Política Estadual, em obediência ao aludido Decreto-Lei, assegurou, aos integrantes daquela Corporação o direito respeitadas, naturalmente, as habilitações legais de cada um.

Pelo Decreto n. 20.621, de 17 de julho de 1970, foi consumado e dado acatamento ao Decreto-Lei Federal n. 1.072-69, que, em seu artigo 1.º, estabelece:

"Fica extinta a Guarda Civil do Paraná da Secretaria de Segurança Pública, na forma do Decreto-Lei n. 1.072, de 30 de dezembro de 1969".

Bem, srs. Deputados, para que nos alongarmos muito e apenas como justificativa, como também uma farta justificativa existe aqui no que concerne ao pessoal do DETRAN, reivindicação do deputado Erondy Silvério, êsses grupos foram atendidos. E porque não atendemos, hoje, os integrantes da ex-Polícia Rodoviária do DER.

Estamos anexando a esta justificativa um requerimento baseado nos seguintes termos:

"Na forma regimental, requeiro, consultado o Plenário, seja dirigido, por intermédio da Mesa, através de ofício apêlo ao excelentíssimo senhor Governador do Estado no sentido de que sejam elevados em dois níveis, por meio de decreto, os cargos em que foram aproveitados os ex-integrantes da Polícia Rodoviária Estadual, agora integrando o Quadro de Pessoal do Departamento de Estradas de Rodagem, a exemplo do que já foi feito, anteriormente, com o pessoal da extinta Guarda Civil e com os atuais Guardas e Inspetores de Trânsito."

Era êsse o requerimento. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, sr. deputado Sebastião Rodrigues.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Lamentavelmente, no Sudoeste do Paraná, região que juntamente com outros srs. Deputados, eu tenho a honra de representar nesta Casa, nem tudo são festas, nem tudo são inaugurações.

Publica "O Estado do Paraná", em sua edição de hoje, uma cobertura jornalística muito bem feita pelos repórteres Violar Saturnino e Ventalino Theodorov, que nos dá conta de um mal que vem dizimando o rebanho suíno de Sto. Antonio do Sudoeste, lá na fronteira do Paraná com a República Argentina.

E' sabido por todos que a suinocultura representa um papel preponderante na economia do Sudoeste paranaense, não só do município de Sto. Antonio, mas em todos os demais municípios que compõem aquela região. E nos últimos tempos, inexplicavelmente, certo mal tem dizimado de forma violenta o rebanho suíno de Sto. Antônio do Sudoeste. Cerca de 10 mil suínos foram dizimados por êste mal e até o presente momento as autoridades responsáveis dêste Estado não deram a conhecer o seu ponto de vista, sobre o que está se passando em Sto. Antônio do Sudoeste.

Lamento, pois conheço profundamente aquela região, na qual vivi há longos anos, região a qual tenho trabalhado estritamente ligado aos pecuaristas e aos agricultores. E posso dar o meu testemunho de que a suinocultura representa muito para Sto. Antônio do Sudoeste. E uma das suas atividades econômicas preponderante, Santo Antônio, localizada na divisa do Brasil com a Argentina, que não possui estradas, que não possuía luz elétrica, pois até lá a mão beifeitora do Governo não se dignou chegar, vive agora um outro drama com êste mal que vem atacando seu rebanho de suínos.

Por esta razão, como até o presente momento não tenhamos ouvido qualquer providência por parte dos órgãos estaduais, a quem deveria estar afeto o problema, endereçamos ao sr. Secretário da Agricultura, através da Mesa desta Assembléia, o seguinte requerimento que, acima de tudo, é um apêlo. (Lê).

" R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente:

O Deputado que êste subscreve no uso de suas atribuições regimentais, requer, à Mesa, após ouvido o Plenário, seja encaminhada solicitação ao Senhor Secretário da Agricultura, no sentido de que aquela autoridade, procure de imediato tomar providências relativas à solução do drama dos suinocultores no Município de Santo Antônio do Sudoeste que estão vendo seus rebanhos dizimarem-se por estranho mal, sem qualquer ação repressiva das autoridades estaduais.

São mais de treis mil suinocultores que estão à mercê do mal desconhecido e a afirmação de alguns, de ser o mesmo provocado por um produto

de nome "Visalmi S", mereceria uma investigação da Secretaria da Agricultura, pois, apesar desta mortandade estar ocorrendo há mais de seis meses, aquela Pasta nada providenciou para a solução do problema.

Sala das Sessões, em 3 de agosto de 1971".

E' este o requerimento que desejávamos encaminhar à Mesa da Assembleia, lamentando que tal fato esteja ocorrendo em Santo Antônio. Não estranhemos que isto se dê, pois observamos no correr de todos estes anos, que é difícil mesmo impedir acontecimentos desta natureza, pois Sudoeste do Paraná não conta com o atendimento de veterinários empregados pela Secretaria de Agricultura. Estes, se existem devem ficar no asfalto, porque lá não aparecem. Pedimos, apelamos mesmo, ao senhor Secretário da Agricultura que providencie as investigações necessárias, tome as providências cabíveis a fim de debelar o mal, pois muitos deles, milhares mesmo de pequenos agricultores, suinocultores dependem da produção de suínos para o sustento de suas famílias. Apelo ao Senhor Secretário de Agricultura que se pronuncie oficialmente sobre o assunto, a fim de que possamos saber o que de fato está ocorrendo no Sudoeste, qual a razão destes acontecimentos. Partindo desta investigação, talvez se possa constatar o foco do problema, impedindo que esse se estenda por toda a região...

O SR. PRESIDENTE — V. Exa. tem apenas um minuto para terminar.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES — Agradeço e encerrarei neste minuto. Para que impeça com esta investigação, que o mal progrida e atinja todos os suínos do Sudoeste do Estado. O meu apelo a S. Exa. e os meus cumprimentos ao reporter de "O Estado do Paraná" que, o seu trabalho, procura chamar a atenção das autoridades do Estado, para tão magno problema. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, sr. deputado Antônio Lopes Jr.

O SR. ANTONIO LOPES JR. — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Disse há pouco, desta tribuna, o ilustre deputado do MDB, Sebastião Rodrigues que, infelizmente, a vida humana é assim mesmo entremeada de festas, de sorrisos e de lágrimas também. Mas, felizmente, para o Paraná, está sendo mais festa do que lágrimas.

Hoje, pela manhã, tivemos a oportunidade de ver desfilar, pela frente do Palácio Iguaçu, um grandioso aparelhamento de micro-ondas, para o setor Oeste da Telepar, que abrange Irati, Guarapuava, Cascavel, Pato Branco e Francisco Beltrão!

Isto significa a ligação com a América-Latina, porque de Fóz do Iguaçu será interligado o sistema do Paraguai e de outros países.

Tive oportunidade de trazer à presença do sr. Governador do Estado, Haroldo Leon Pères, e do Sr. presidente da Telepar, engenheiro Plínio Costa, uma Comissão de Irati, integrada pelo sr. prefeito, Edgar Gomes e pelo Presidente da Arena local e por um representante das classes produtoras. Vieram agradecer e tornar extensivo ao sr. Governador do Estado e ao sr. engenheiro Plínio Costa, em nome de toda a população de Irati, Guarapuava, Cascavel, Pato Branco e Francisco Beltrão, os agradecimentos da população daquela região.

Teremos oportunidade, em breve, da integração nacional do Paraná; será o Paraná perfeitamente integrado ao Brasil. Será o Paraná integrado à América Latina, ao Mundo.

Nossos agradecimentos ao sr. governador Haroldo Leon Pères e ao sr. presidente da Telepar, engenheiro Plínio Costa. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito no Pequeno Expediente, sr. deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Inicialmente, queremos também manifestar aqui a nossa satisfação pelas máquinas que chegam para trabalhar pelo nosso Paraná.

E' exatamente isso que nós desejamos para o Paraná; ver o nosso Estado em franco progresso e, ao mesmo tempo, sr. Presidente, srs. Deputados, queremos relatar aqui alguns tópicos ligados às magníficas festividades que marcaram o aniversário da televisão Tibagi, da cidade de Apucarana.

Queremos mesmo pedir desculpas aos senhores Deputados, porquanto o ex-deputado Luiz Cruz nos fez portadores de convites para os membros desta Casa participarem da festa de aniversário da Televisão Tibagi. Porém, em consequência do recesso e como nos encontrávamos também no interior, acabamos por perder a oportunidade de entregar em tempo o convite para que todos os parlamentares pudessem prestigiar festa de aniversário, da Televisão Tibagi. E, dentro daquela programação, houve a presença do cantor Roberto Carlos, especialmente convidado para uma festa que não é mais da Televisão Tibagi, mas já é uma festa do povo do Norte do Paraná: a corrida de calhambeque que se tornou tradição na nossa região, prova disputada no trajeto Londrina-Apucarana.

Lamentavelmente, sr. Presidente, srs. Deputados, este ano, a corrida de calhambeques foi proibida por órgãos do Governo do Estado do Paraná. Aliás, pessoas ligadas ao Palácio Iguacu, com um mês de antecedência, asseguravam que aquela corrida que não é da televisão mas é do povo, não seria realizada; ela seria proibida, e foi exatamente o que aconteceu. Diversos setores do Estado do Paraná oficiaram à Direção da TV Tibagi, dizendo que aquela prova nenhum perigo poderia oferecer porque uma corrida de calhambeque se desenvolve à baixa velocidade e era mais para marcar um aniversário, não com o objetivo de velocidade, mas para apresentar as alegorias e os trajetos que o povo usou no passado.

Infelizmente, sr. Presidente, chegou-se ao absurdo, ao cúmulo de se proibir uma corrida que vinha sendo anunciada e que levou para Londrina jornalistas dos mais variados órgãos de divulgação, como da revista Manchete e outras de circulação em todo o País. Esses profissionais de imprensa acabaram perdendo quase que 80% da viagem porque a prova não foi realizada, caracterizando assim o desejo de se perseguir, porque a TV Tibagi é oposição ao Governo do Estado do Paraná.

Fazemos votos de que nos próximos anos o Governo do Estado do Paraná não use a perseguição para proibir uma festa que é do povo, uma festa que não era propriamente da TV, mas uma festa tradicional do nosso Norte do Paraná. Folgamos que os interesses políticos sejam deixados de lado na hora em que o povo for...

O SR. PRESIDENTE — A Presidência informa a V. Exa. que tem um minuto para terminar sua oração.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — ... participar de um acontecimento como aquele em que o povo nada pagaria e teria uma grande festa popular, com Roberto Carlos se apresentando em público gratuitamente e vendo ali calhambeques maravilhosos vindos de todas as partes do País.

Porém, como a TV Tibagi é oposição ao Governo, se proibiu aquela festa. Foi uma proibição contra o direito do próprio povo de ter uma festa popular, uma festa gratuita. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao deputado Ivo Tomazoni, quinto orador inscrito.

O SR. IVO TOMAZONI — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Não pretendíamos vir à tribuna, todavia o requerimento apresentado e defendido desta tribuna pelo deputado Sebastião Rodrigues, fez com que

aqui comparecêssemos para prestar o testemunho da verdade que sabemos em relação ao que ocorre no município de Santo Antônio do Sudoeste.

Não é verdade que há seis meses o rebanho de suínos daquele próspero Município esteja sendo dizimado por enfermidade desconhecida, como não é verdade também que o Governo do Estado não tomou as providências cabíveis. Acerca de vinte dias nos foi trazida a primeira notícia, dando conta de que o rebanho de suínos daquele Município estava desaparecendo, morrendo, ao que tudo indicava, em consequência de um mal desconhecido. No mesmo dia providenciamos, através de radiograma, para que a amostra da ração que estava sendo ministrada ao rebanho de suínos daquele Município, nos fosse remetida para análise. Dois dias depois recebemos a amostra da ração vendida naquela região por uma firma catarinense, mais especificamente estabelecida em Chapecó, Santa Catarina. Enviado ao IBPT, dois dias depois fomos solicitados a avisar aos criadores daquele Município que verificassem a dosagem de sal que estava sendo ministrada na referida ração. Porque, se ministrada a dose superior a 5% havia o que êle consideravam um empedramento e, em consequência, um endurecimento do intestino e a morte do animal.

Fizemos as comunicações por radiograma e foi suspenso o emprêgo desse tipo de ração na alimentação do rebanho suíno.

Quero dizer mais, o IBPT, ainda nesta semana, nos fornecerá o laudo conclusivo da análise da referida ração.

Era o que me cabia informar a esta Casa para que não pareça que providências não foram tomadas nesse sentido, no sentido de evitar que uma das maiores riquezas de nossa região se perdesse pela falta de cuidados dos responsáveis.

No mesmo dia que tivemos conhecimento do fato, trazido por um criador, foram tomadas as providências cabíveis porque, em consequência, a região perderia grande parte de seu rebanho, suíno, em virtude de uma ração vendida inconsequentemente.

Por êsse motivo considero o requerimento do nobre deputado Sebastião Rodrigues prejudicado.

Era só, sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES — (Pela Ordem). — Sr. Presidente, tendo em vista o que o nobre deputado Ivo Tomazoni formulou, e como no Pequeno Expediente não são permitidos apartes, sôcito a V. Exa., preferencialmente, a minha inscrição para explicação pessoal, a fim de dizer da origem das informações que prestei a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa considera sua inscrição para explicação pessoal.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Grande Expediente, sr. deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO. — Sr. Presidente, nobres srs. Deputados. Inicialmente, queremos solicitar a condescendência dos nobres deputados vice-líderes do Governo e da ARENA, nesta Casa, Armando Queiroz e Paulo Poli, na ausência do Líder, a atenção para um requerimento que julgamos construtivo e que não tem nada de espírito oposicionista ao Governo, mas solicito informações ao sr. Secretário da Educação sobre um assunto que está preocupando os professores do Ensino Médio e que compuseram a banca examinadora no Concurso para Professores licenciados do Estado.

Naquela oportunidade, prometeu-se aos membros da banca examinadora que seriam gratificados pelo trabalho prestado na qualidade de examinadores. Esses professores cancelaram suas férias regulamentares para participarem e emprestarem o brilho de suas inteligências, culturais e esforços, à causa do Ensino no Paraná.

Posteriormente, a mesma banca participou também do Concurso de Remoção, e abrindo um parêntesis, que foi uma palhaçada, porque muita gente nomeada para Peabiru, ou outros municípios distantes, permanecem na Capital.

Nós, se formos aparteados, traremos o nome desses professores. Apenas não dizemos agora, para não prejudicá-los.

Mas, esses mesmos professores prestaram também serviços nesta Comissão de exame de remoção, e até agora não tiveram a satisfação de receber a gratificação devida. Essa é uma dívida que o Governo do Estado tem através da Secretaria da Educação ou da Fazenda.

Então, endereçamos um pedido de informações, que é construtivo, — não tem espírito, como já dissemos, de oposição apenas exercemos prerrogativa que nos é facultada pelo Regimento Interno da Casa — queremos saber do sr. Secretário da Educação e Cultura por que motivo não foram pagas as gratificações devidas aos professores. (Lê):

R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente:

Exercendo prerrogativas dezas no Regimento Interno, o Deputado que adiante subscreve, requer a Mesa, após audiência da Casa, encaminha-se ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Cultura, pedido de informações constantes dos seguintes quesitos:

I — Por que motivo não foram pagas as gratificações a que fizeram jus os professores que participaram do concurso para o Ensino Médio realizado em janeiro de 1971, como membros de Bancas Examinadoras?

II — A quanto montou o arrecadado pelo erário com as taxas de inscrição pagas pelos candidatos ao mencionado concurso?

III — Quando pretende o Governo do Estado saldar seu débito com esses professores, pagando as gratificações previstas no Regulamento do Concurso?

III — Quando pretende o Governo do Estado saldar seu débito com esses professores, pagando as gratificações previstas no Regulamento do Concurso?

J U S T I F I C A T I V A :

Pelas informações que nós foram trazidas, o Governo do Estado omite-se em pagar a gratificação prevista no Regulamento do concurso de Professores Licenciados para o Ensino Médio do Estado, devida aos membros das bancas examinadoras, professores que perderam suas férias para prestar tais serviços. Trata-se dos mais destacados mestres de nosso Ensino Secundário Público que, após este desprestígio, certamente irão recusar-se a participar de outras bancas examinadoras. Por outro lado, fomos também informados que mais de dois mil professores submeteram-se ao concurso de janeiro de 1971. Nestas condições, e computando uma taxa de inscrição de 15,00 (quinze cruzeiros) por candidato, tem-se que o erário arrecadou com o concurso Cr\$ 30.00,00 (trinta mil cruzeiros), quantia não aplicada na gratificação dos examinadores.

Sala das Sessões, em 2 de agosto de 1971.

(a) Erondy Silvério

Portanto, nosso pedido é construtivo e temos certeza de que vamos contar com a cooperação e espírito público dos deputados Armando Queiroz e Paulo Poli, líder e vice-líder da ARENA nesta Casa.

Em segundo lugar um assunto que vem empolgando não só os meios empresariais como todo povo paranaense, do mais simples operário ao mais alto comerciante e industrial, a questão da Refinaria que reivindicam para si os Estados do Paraná e Santa Catarina.

(Lendo): "Venho a esta Tribuna com o assunto que é o mais importante ora em debate no Extremo Sul Brasileiro. A garantia de refino e distribuição de subprodutos de petróleo à Sétima Região, compreendendo Paraná e Santa Catarina, cujo índice de aumento anual de consumo é da ordem de dez por cento, o mais alto do País, excetuando-se o Distrito Federal.

É tema que empolga em sadia rivalidade os homens de consciência do Paraná e de Santa Catarina, empenhados que estão em pleitear, cada qual no interesse de seu Estado, uma localização diversa da refinaria de petróleo anunciada para a Região pela Petrobrás.

Uma verdade assustadora sobreleva essa própria rivalidade. É iminente a crise no abastecimento de derivados de petróleo na região, prevendo-se que o ritmo de desenvolvimento econômico será estrangulado dentro de três a cinco anos, se não forem adotadas medidas para assegurar o permanente e abundante fornecimento de combustíveis ao parque transportador e às indústrias existentes no Paraná e Santa Catarina.

É uma verdade que alarma o próprio governo federal, tanto assim que já empenhou palavra: a refinaria será construída. Felizmente, enxergou a Petrobrás o perigo de graves prejuízos econômicos para a região e para o País, reconhecendo que os centros abastecedores atuais estão saturados. A refinaria Alberto Pasqualini, no Rio Grande do Sul, com capacidade de refino de 40 mil barris diários, dentro de mais alguns anos terá produção que não atenderá sequer o mercado gaúcho. Este ano só Paraná e Santa Catarina deverão consumir quantidade igual — 40 mil barris diários — forçando sobrecarga ainda

maior para os centros abastecedores da Guanabara e São Paulo.

Quando entrar em operações a nova refinaria, as pressões econômicas conseqüentes da falta de combustíveis já terão quase sufocado o desenvolvimento regional. Por isso cabe a todos, cabe ao Paraná e a Santa Catarina, que à parte da polêmica sobre a localização da unidade refinadora da Petrobrás, reivindiquem unidos pelo principal: urgência.

Quer aqui, quer em Santa Catarina, a instalação da refinaria é obra essencial para todo o Extremo Sul, forçando a acreditar que a Petrobrás e o próprio governo federal atenderão primeiro aos aspectos de conveniência, depois aos políticos, para definir onde, como e quando será construída a unidade refinadora.

É válido presumir, portanto, que a luta pela localização neste ou naquele Estado, somente será válida na medida em que haja igualdade de condições, transferindo a decisão da Petrobrás para o campo político.

Existe igualdade de condições?

Tanto faz instalar aqui ou em Santa Catarina a nova refinaria?

Que vantagens pode o Paraná oferecer como sua sede?

O que ganha o país optando pelo Paraná e não por Santa Catarina?

Queremos a refinaria aqui e não lá, porque somos coerentes ou porque somos egoístas?

Responder a essas perguntas, objetivamente, com dados concretos e estudos sérios, seria o papel do governo paranaense. Provando, em primeira meta, que a instalação da refinaria no Paraná seria mais conveniente para a Região e para o País, tiraríamos da Petrobrás qualquer opção. Somente superada essa tentativa de análise racional das vantagens que poderíamos oferecer, caberia argumentar em plano aleatório, na base do "me-dá, me-dá", como prece estar acontecendo.

Já em 1964, a Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Petróleo, em relatório publicado no número 15 do Diário do Congresso Nacional, recomendava a instalação de uma Refinaria no Paraná. Para justificar a recomendação, foram suscitados argumentos reforçados a todo momento pelo governo Paulo Pimentel, através de estudos sérios como o levantamento do Mercado Paranaense de Petróleo, efetuado pela Codepar em 1965.

Um dos argumentos mais válidos, nos parece a equidistância do litoral do Paraná ou do primeiro planalto dos mercados em déficit de abastecimento

da refinaria gaúcha de Alberto Pasqualini, com suprimentos garantidos por mais alguns anos. O norte catarinense, o Paraná inteiro e o sudoeste paulista, seriam abastecidos pela refinaria aqui localizada. Essa distribuição é importante para o desenvolvimento paulista inclusive, visto que o oleoduto Santos-Judaiá está em fase de saturação.

Outra razão de peso seria a melhor estruturação viária, energética, social e econômica do Paraná para receber de imediato uma obra que tem por consequência acelerar violentamente a evolução do complexo industrial sul-brasileiro.

Por outro lado, e como disse aqui ontem o nobre deputado Nelson Buffara, o Porto de Paranaguá nada fica a dever a São Francisco do Sul, como via de recepção ao petróleo bruto. Uma obra que já é essencial pela própria demanda de exportação, que é a abertura da Barra Sul, transformaria Paranaguá no porto de melhores condições do Litoral brasileiro, superando inclusive o de Santos. Essa barra, logo após o Banco da Galheta, apresenta profundidades que vão até 29 metros, formando ampla bacia de evolução em frente da Ponta do Pogo, que poderia ser o local de um futuro e ampla parque terminal petrolífero, como já recomendaram estudos efetuados pelo Instituto de Pesquisas Hidráulicas da Universidade do Rio Grande do Sul. Seriam necessárias apenas pequenas obras adicionais, para correção de anomalias, que consistiriam de aterros, mólhe, guia corrente e pragagens que dariam um canal navegável em profundidade inicial de 29 metros, proporcionando um terminal amplo, profundo e seguro.

São argumentos como estes, senhores Deputados, que deveriam estar sendo levados pelo Governo do Paraná ao Governo da União e à Petrobrás, cujo interesse não é outro senão realizar o investimento da melhor forma. Democriticamente, a Petrobrás mostrou-se aberta à argumentação, e está ouvindo ambos Estados que reivindicam em causa própria, mostrando nessa indisposição de fixar imposição toda sua vontade de acertar".

O sr. Nelson Buffara — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, V. Exa. fala como um grande "expert" mas desconhecemos até esta qualidade do ilustre parlamentar, mais um grande conhecedor dos assuntos pertinentes ao nosso Porto, o Porto de Paranaguá. E não nos surpreende V. Exa. quando aborda assunto de tão magna importância. Naquele espírito de luta que sempre marcou V. Exa. como um homem público, vem V. Exa. defender um assunto de renomada importância.

É necessário, nobre deputado Erondy Silvério, que mais vezes se façam ouvir neste Plenário, a fim de que somados os nossos esforços ao do Executivo, assim eu espero, aos homens de empresas que já estão se fazendo ouvir, porque somente através deste trabalho de equipe é que possamos talvez sensibilizar e provar o que bem disse V. Exa. "Não existe ingerência política na Petrobrás. Creio no que V. Exa. diz, e faço minhas as suas palavras. O que nós não podemos admitir, nobre Deputado, neste rápido aparte que dou a V. Exa. é que queiram fazer condições análogas entre o Porto de São Francisco e o nosso Porto. Está provado com dados técnicos, é o Departamento de Portos e Vias Navegáveis que diz o que V. Exa. acaba de afirmar. O nosso Porto é substancialmente mais evoluído que o de Sta. Catarina, não sei por que razão, é preciso equipar o Porto de S. Francisco através de obras vultosas para que ele fosse igual ao do Paraná.

Então antes que façamos isto, então em igualdades de condições, como disse V. Exa., deixando o Estado do Paraná e Sta. Catarina em igualdade de condições, então a Petrobrás talvez deixe se sensibilizar por ingerências políticas. Mas, no momento, nobre Deputado, não existe igualdade de condições, nós somos superior, e sem bairrismo nenhum. V. Exa. é paranaense como eu sou, e defendo este Estado intransigentemente. Mas daí a razão, por direito e por justiça, deve ser no Paraná, no litoral ou no planalto. Era o aparte.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço o aparte de V. Exa. Não só as condições excepcionais do Porto de Paranaguá com relação a todos os portos da costa brasileira mas também a nossa própria rede viária com 1.345 me-

tros de asfalto construídos no Governo de Paulo Pimentel e com mais de 1.800 a que se propõe o governador Haroldo Leon Peres, nos dá uma vantagem espetacular sobre o vizinho Estado, além das usinas já inauguradas e das que estão em fase de construção, no campo energético, proporcionam à Petrobrás condições melhores para a instalação da Refinaria no Paraná. Isto sem bairrismo, e sem entrar no aspecto político. Se atentarmos para um detalhe importante como disse anteriormente, o Estado de Sta. Catarina, todo o Sul, com o asfaltamento da estrada mais antiga de Curitiba a Porto Alegre, pelo litoral catarinense, poderá se abastecer de petróleo na Refinaria Alberto Pasqualini, e o Norte catarinense se abastecerá no Paraná. Não vejo razão pela qual a Petrobrás possa preterir o Estado do Paraná em favor de Sta. Catarina. Mas continuando a nossa argumentação em dados técnicos, gostaríamos de ver revelado publicamente, que argumentos está defendendo o Paraná através do seu Governo?

Que estudo está fornecendo a Petrobrás? Que contestações opõem às pretensões de nossos irmãos catarinenses? No entanto, temos visto apenas viagens de contatos pessoais, omissão e silêncio. A entrevista concedida pelo governador Colombo Salles à imprensa nacional, justificando a instalação da Refinaria em seu Estado como fruto das melhores condições de S. Francisco do Sul, passou em branco, porque a nossa imprensa não contestou isto que o nobre deputado Nelson Buffara veio aqui contestar. A única voz que se levantou, foi a do deputado Nelson Buffara, que tem sido incansável na sua luta por esta Refinaria. Mas o seu protesto será o mesmo, não tem a força nem a autoridade do que seria um pronunciamento oficial do Estado, através do nobre governador Haroldo Leon Peres. Para que a rivalidade que existe em torno do assunto entre Paraná e Sta. Catarina seja sadia e construtiva e para que amanhã abracemos ou sejamos abraçados pela sorte da escolha pelo Governo Federal, é necessário que embora as partes se manifestem com coerência, oportunidade e estudos consistentes, se for Sta. Catarina, a localização escolhida, queremos amanhã cumprimentar os nossos irmãos na mesma alegria de quem vê solucionado um problema regional, e convicto que a decisão foi de melhor acerto. Assim também queremos ser cumprimentados, se formos privilegiados pelo critério da escolha. Vem aí, então, o nosso apelo, para que o Exmo. Sr. governador do Estado, Haroldo Leon Peres, ressuscite perante a Petrobras, os argumentos levantados pela Comissão Parlamentar de Inquérito do Congresso Nacional, que a aconselhou a localização da Refinaria no Paraná, que reavive S. Exa. atualizando os dados do estudo do mercado paranaense de derivados de petróleo, realizado no Governo Paulo Pimentel, que use a sua própria assessoria de planejamento, mantida com tanta antecedência e com tanto gastos, para estudar o assunto em profundidade, que rebata, enfim, o sr. Governador os pretensos ou reais óbices que estão sendo levantados por Santa Catarina, contra a localização da Refinaria no Paraná. Somente dando desta forma, usando do prestígio que o fez eleito, unidos esta Casa, o povo do Paraná, os empresários, operários, Bancada da Arena e do MDB, sem divergências políticas, sem cor partidária, desça o sr. Governador do seu pedestal, venha ao povo solicitar a sua ajuda, solicitar que o povo lhe estenda a mão, que o povo cerre fileiras em torno do seu Governo, que prestígio suficiente tem o Governador junto aos altos escalões da República, para fazer valer a sua influência política, mas não precisa influência política, precisa apenas que o Paraná mostre com honras, com dados que é o Estado mais indicado para a instalação da Refinaria de petróleo.

O sr. Nelson Buffara — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Deputado Erondy, este discurso surpreende-me, porque ele é excelente, é essencialmente técnico, sinceramente é um discurso fabuloso no que tange à Refinaria, eu faria questão, com os dados técnicos que existem neste discurso, que V. Exa. concordasse em fazer um expediente à Mesa, para que a essência, o que tem de mais importante neste fabuloso discurso que V. Exa. acaba de pronunciar, seja enviado à Petrobrás, a fim de que, tenho certeza, eles possam se sensibilizar com o que existe de verdade.

O SR. ERONDY SILVERIO — Agradeço a V. Exa. a sugestão, ao mesmo tempo em que agradeço as palavras confortadoras de V. Exa. e me comprometo então, a apresentar nesta Casa, dentro de três ou quatro dias, um estudo mais aprofundado da matéria em que se prove que o Paraná tem realmente melhores condições, para que esta Casa se faça ouvir, se faça sentir tanto junto à Petrobrás como junto ao sr. Governador. São estudos que não partem da pessoa deste Deputado, mas elaborado pela Codepar, dados técnicos, estudos que pela sua profundidade, pelo seu conteúdo, vão auxiliar sobremaneira o governador Haroldo Leon Peres para que ele possa assentuar com brilhantismo e com possibilidades de êxito, esta grande batalha que é, trazer para o Paraná a Refinaria. Nós não podemos ficar aqui de braços cruzados, porque, Santa Catarina, que é um Estado menor no campo político, que é um Estado menor no campo técnico, tem levado melhores vantagens que o Paraná na esfera da República brasileira, porque, os seus homens públicos não dormem, não ficam de braços cruzados, não pensam em lutas políticas e regionais, em lutas pessoais, mas se unem em torno do seu Estado. Esta é a conclamação que queria fazer aos srs. Deputados da Arena e do MDB para que, juntos, unidos com o Governador, esquecendo as divergências políticas, possamos trazer para o Paraná, a Refinaria que vai proporcionar um mercado de trabalho fabuloso, porque virão as utilidades afins, a petroquímica, virão os conjuntos residenciais, afinal, é uma Refinaria como a que está aí, a Alberto Pasqualini, no Rio Grande do Sul, e a Refinaria que se pretende instalar no Paraná ou em Santa Catarina é superior àquela, é nos moldes de Cubatão. Vejam os Srs. o progresso que trará esta Refinaria para o Paraná. Portanto, vamos nos unir, esquecer as divergências políticas que existem. Estou esquecendo as divergências que tenho com o governador do Estado do Paraná, em favor do meu Estado, em favor do povo que nos paga sacrifício, para melhor defendermos os seus legítimos interesses.

— (Sem devissão do orador).

(Assume a Presidência o sr. deputado Antônio Costa)

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Grande Expediente, sr. deputado Maurício Fruet.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Exmo. sr. Presidente, digníssimos srs. Deputados.

Apresentamos, na sessão de hoje desta Casa, um requerimento solicitando ao sr. Chefe do Poder Executivo, um estudo objetivo e prático, visando oferecer melhores condições à Polícia Civil do Estado do Paraná.

Tivemos oportunidade ontem, desta mesma Tribuna, de focalizar o número elevadíssimo de assaltos, de crimes que vêm sendo observados em Curitiba, bem como em diversos outros municípios do Paraná.

E, em pesquisa que realizamos junto à polícia paranaense, com dados comparativos com outros Estados brasileiros, chegamos à triste realidade que, infelizmente, em nosso Estado, ao invés da polícia acompanhar o progresso extraordinário do Paraná, ela simplesmente regride.

Vimos hoje à Tribuna, com números efetivos, que demonstram claramente o que acabamos de afirmar nesta oportunidade. Vejam os meus eminentes companheiros que existiam, no ano de 1960, no Paraná, cinquenta Delegados de Polícia; atualmente esse número está em sessenta e três.

Existiam no Paraná, em 1960, quatrocentos e sete agentes policiais; atualmente existem apenas, em nosso Estado, quatrocentos agentes; isto é, em 10 anos, a população do Estado, crescendo assustadoramente, o número de agentes, que são na realidade os homens que se mobilizam e que fazem com que seja acionada a máquina policial, o número de agentes, ao invés de 407, passou para 400, quando seriam necessários talvez, o dobro ou três vezes mais, a fim de dar um efetivo combate ao crime no Estado do Paraná.

Por outro lado, eminentes Deputados, observem, em termos comparativos que, enquanto no Paraná existem 63 Delegados de Polícia, o Estado de São Paulo, que tem a população superior ao nosso Estado, é claro, duas vezes talvez a população paranaense, existem mais de 1.400 policiais.

No Estado de Goiás, contra os 63 do Paraná, existem 180 Delegados; em Minas Gerais, 445; no Estado do Rio, 120; em Santa Catarina, 81.

Mas, enquanto o nosso Estado possui 288 municípios, no vizinho Estado de Santa Catarina, existem 197, e no Estado do Rio, apenas 63. Por outro lado, o que é mais lamentável, em muitas cidades do interior do Estado existem Delegados nomeados que infelizmente não fazem parte de qualquer Polícia; são bons cidadãos, muitas das vezes a eles inclusive faltam estas qualidades; estão ali quase sempre indicados politicamente. E, infelizmente, estes elementos demonstram um despreparo absoluto para o exercício de suas funções. Na verdade, o policiamento em seus dois aspectos, na parte administrativa e repressiva, necessita de elementos capacitados, elementos simplesmente indicados para exercerem a função, esporadicamente.

O sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte? **(Assentimento)**. Gostaria de fazer apenas uma observação ao pronunciamento de V. Exa., que é dos mais oportunos e momentâneos, principalmente agora que uma onda de crimes contra a vida pública e contra a propriedade de perpetram, especialmente na Capital do Estado. Vemos que ocorrem quase que exclusivamente na Capital e nas cidades maiores, onde os Delegados são de carreira e não indicados por critério político. Aliás, nos municípios paranaenses onde esta indicação parte diretamente de um elemento local, a incidência de crimes é menor. V. Exa. pode atestar isto pelos noticiários da imprensa. É muito raro que ocorram no interior do Paraná crimes na natureza dos que ocorrem na Capital. Isto nos leva a crer que falta na Polícia Civil o reequipamento que o Governo hoje tem plenas, e reais condições de dar à Polícia do Estado, porque a Casa votou, no ano passado, aumento nas taxas de diversão para que se constituísse em fundo de reequipamento da Polícia Civil do Estado. Assistimos a uma solenidade muito bonita quando se instalou a Direção do Fundo, e até agora não se viu nada, apesar da enorme arrecadação que tem sido carregada para a segurança pública, com o aumento das taxas de diversão. O que precisamos é de ação do Governo, porque dinheiro não está faltando. E. Exa. há de ter conhecimento, como toda a Casa o tem e todo o Paraná, de que as taxas de diversão pública foram elevadas, e bastante, a fim de aumentar a arrecadação que será aplicada no reequipamento da Polícia Civil. Não discuto que não haja necessidade de se aprimorar o pessoal da Polícia, que não haja necessidade de aumentar o quadro no que diz respeito aos Delegados de Carreira. Não discuto, porque sabemos que um Delegado que seja bacharel em Direito exerce melhor sua função do que um Delegado que tenha, às vezes, as primeiras letras do curso primário. Mas verificamos no Paraná, que esses Delegados que são nomeados, segundo critério político, têm dado conta do recado nas regiões em que exercem suas atividades. Portanto, o nosso mal é de reequipamento e de educação da mentalidade atual da Polícia Civil do Estado. Este seria um grande trabalho para o Secretário de Segurança Pública. Ao invés de violentar Estações de Rádio e TV, S. Exa. que se aprimore no estudo da segurança dos concidadãos, principalmente em Curitiba.

O sr. Sebastião Rodrigues — V. Exa. permite um aparte?

O SR. MAURÍCIO FRUET — Gostaria primeiramente de responder o aparte brilhante do deputado Erondy Silvério.

Concordamos de que há necessidade de um total reequipamento da Polícia Civil Paranaense. Inclusive é, talvez a parte fundamental do presente requerimento que hoje encaminhamos à Mesa da Assembléia. Por outro lado dissemos que, além do perfeito entrosamento entre as diversas Delegacias especializadas em Curitiba, é necessário o melhor preparo dos que têm a responsabilidade de exercer o cargo de Delegado de Polícia.

No interior do Estado, apesar de V. Exa. ter dito que estes Delegados têm desempenhado bem sua missão, infelizmente estão aí processos judiciais mal conduzidos e, às vezes, nem conduzidos. São fatos que ocorrem em função do despreparo da autoridade que está exercendo sua função, por isso mesmo, nessa reforma que, temos certeza, se impõe, face ao progresso e de-

envolvimento do Paraná, poderia se adotar talvez o mesmo critério adotado pelo Poder Judiciário, em que o juiz, para chegar ao cargo superior da Magistratura, é obrigado a passar por diversas entrâncias, o mesmo poderia ser feito em relação a Delegados de Polícia que deveriam também pensar por diversas entrâncias, paralelas talvez, ou parecidas, com as adotadas pelo Poder Judiciário. E temos certeza que se adotarmos essa medida os resultados serão muito melhores.

O sr. Sebastião Rodrigues — V.Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, o nosso aparte é para apenas dizer a V.Exa. que a preocupação de V.Exa. é tão justa que é preocupação de todos nós que vivemos aqui em Curitiba.

Também as observações de V.Exa. sobre os problemas dos Delegados que atuam no Interior do Estado deveria ser atendida. Porque, de fato, esses Delegados vivem mais preocupados no agrado dos políticos, para sua sobrevivência, restando pouco tempo para dedicarem a seus cargos.

Mas, a preocupação de V.Exa. também é preocupação do sr. Governador do Estado, pelo que entendi da entrevista que S.Exa. deu a um Canal de Televisão da Capital. E pude observar, nessa entrevista, que a realização máxima de S.Exa. foi a aquisição de 14 Rádio-Patruilhas.

De forma que sou obrigado a dizer que a preocupação máxima de S.Exa. o sr. Governador do Estado é a segurança do povo curitibano. Pois não poderia entender de outra forma, uma vez que S.Exa. insistiu que havia adquirido, até o momento, 14 Rádio-Patruilhas, enquanto que o Governo passado, em toda sua gestão, apenas adquiriu nove.

Portanto, a preocupação de S.Exa. é a segurança do povo curitibano, e foi, até o presente momento, o motivo de seu Governo.

O SR. MAURICIO FRUET — Agradeço o aparte de V.Exa.

Gostaria de salientar que o Serviço de Rádio Patruilha, que será iniciado em 10 de agosto, em Curitiba, a cujo cargo estará trabalhando integrantes da Polícia Militar para melhor exercer a fiscalização e repressão ao crime na Capital.

Porém, srs. Deputados, essa medida representa apenas um pinga d'água no oceano. E é necessário, particularmente em Curitiba, que se dê melhores condições às Delegacias Especializadas, porque, enquanto os marginais circulam em veículos do último tipo, carros velozes; enquanto os marginais usam armas importadas, da melhor qualidade; e têm estoques suficientes de balas, os representantes das Delegacias Especializadas de Curitiba são obrigados a tráfegarem, em perseguição a bandidos, em jeeps antigos, e às vezes, não podem nem sequer se utilizar desses veículos por falta de combustíveis, de verba para compra de combustível.

Portanto, srs. Deputados, a proporção é ilógica. E não se pode mais, de forma alguma, presenciar fatos dessa natureza calados.

É preciso que, de uma forma objetiva e imediata, sejam tomadas as providências necessárias, imprescindíveis, a fim de se corrigir esse problema.

Os Estados de Santa Catarina, Goiás, Minas Gerais, São Paulo e Rio, conforme anexo que temos acompanhando nosso requerimento, anualmente fazem revisão de seus quadros, de suas carreiras, porque aqueles que são responsáveis pela segurança pública pertencem ao setor da Polícia Civil.

Lamentavelmente, no Paraná, não acontece isso. Conforme dissemos, no início de nosso pronunciamento, que existiam, em 1960 407 agentes policiais e em 1970 esse número baixou para 400, o que é, acima de tudo lamentável.

(Reassume a Presidência o sr. deputado Wilson Fortes).

Por esta razão, temos certeza de que S.Exa. o sr. Governador do Estado saberá receber o requerimento que hoje esta Casa, por certo, encaminhará ao Chefe do Executivo e virão, no mais breve espaço de tempo possível, medidas de ordem prática, medidas objetivas, visando corrigir e restabelecer o necessário equilíbrio que está, infelizmente, existindo no momento.

Vamos aguardar a decisão de S. Exa. o sr. Governador...

O sr. Nivaldo Krüger — V.Exa. permite um aparte? (Assentimento). Solitei o aparte, em primeiro lugar para cumprimentar V.Exa. pela oportunidade do requerimento que apresenta a esta Casa, demonstrando a situação do Paraná no setor de segurança pública. Situação de inferioridade em relação a anos anteriores, o que coloca a sociedade paranaense a mercê da audácia dos criminosos, em virtude da deficiência de recursos no setor policial de nosso Estado.

Queria ainda, ilustre Deputado, lembrar a V.Exa. a conveniência de nós informarmos ao sr. Governador do Estado, principalmente nós da Bancada da Oposição, que estamos dispostos a oferecer a S.Exa. tudo aquilo que julgar necessário na parte legislativa, pelo menos desta Bancada, para que o Paraná se reaparelhe convenientemente e de imediato. Recursos existentes, há destinação de verbas no Orçamento plurianual, e o que é necessário é que se faça isso que V.Exa. está fazendo, alertando as autoridades responsáveis pela segurança da sociedade paranaense, que vive sobressaltada, não tem a mínima segurança. Neste exato momento, nós que aqui nos encontramos, poderemos ser surpreendidos por um telefonema avisando que nossa casa foi assaltada. Nossos filhos, nossa esposa, nossa propriedade, estão a mercê da audácia, como já disse, dos criminosos. Todos nós sabemos que o Estado dispõe de meios, e é necessário que ele use esses meios. A sociedade ao contribuir, ao gerar recursos através dos impostos que paga, temos o direito de exigir isso do Governo. Acho que esta Assembléia não pode ficar omissa diante desses fatos que estão acontecendo em nosso Estado. Informo a V.Exa., e aproveito a oportunidade, para dizer que a 5.a Circunscrição Policial do Setor Oeste do Estado, atende a quase 20 municípios. Uma população de aproximadamente 400 mil habitantes e pasmem, srs. Deputados, não dispõe de um veículo para atender aquela imensa região e quando obtém veículos emprestados, não dispõe de gasolina.

Digamos aqui, sem temor, os Delegados do interior têm que fazer conluio com a prostituição, com o lenocínio, para dali tirar recursos, da área do crime, para coibir o crime. Isso acontece no Paraná, srs. Deputados. É verdade o que digo, lá está a 5.a Circunscrição com um excelente Delegado, diga-se para que se faça justiça, mas sem as mínimas condições para atender à população. Os assaltantes, os criminosos, os bandidos, podem atuar tranquilos porque a Polícia não tem condições de ir ao seu encalço. Hoje, a perdurar esse estado de coisas no Paraná, nós teremos necessidade de adquirir armamentos, metralhadoras, fuzis, bombas e outras coisas mais para a defesa de nossa integridade, de nossa família, de nosso lar.

Parabenizamo-nos com V.Exa. e esperamos que a Assembléia Legislativa tome medidas as mais abjetivas para oferecer ao sr. Governador do Estado os meios necessários para a solução deste problema.

V.Exa. tem toda a razão, deputado Maurício Fruct, e a Assembléia do nosso Estado representando o povo, como representa não pode ficar alheia a esses acontecimentos.

O SR. MAURICIO FRUET — Agradeço a V.Exa. pelo valioso subsídio de seu aparte por ocasião desta análise que fazemos a respeito da situação da Polícia Civil do Paraná.

V.Exa. se referiu ao problema da Divisão Policial que atende o seu Município e outros Municípios de sua região. Consciente deste caso, mais uma informação neste sentido acompanha, em anexo, o presente requerimento que encaminha ao Chefe de Polícia. Nosso Estado, com uma população superior a sete milhões de habitantes, dispõe de 14 Divisões Policiais; o estado de Sta. Catarina, com população três vezes inferior ao nosso Estado, dispõe de 11 Unidades; o Estado do Rio Grande do Sul, com população superior a seis milhões de habitantes, dispõe de 24 Divisões Policiais; o Estado do Rio, com população bastante inferior a nossa, possui 19 Unidades de combate ao crime nas diversas regiões do Estado.

Os números estão aí. Há um contraste violento entre os desses Estados com os de nosso Estado. Estamos muito atrás daquilo que se faz em matéria

de Polícia no Rio Grande do Sul, Minas Gerais, em São Paulo, Sta. Catarina e Rio, não por culpa dos homens que dirigem a Polícia, não por culpa dos Agentes de Polícia, não por culpa dos Escrivães de Polícia, mas por culpa do Poder Executivo que não dá meios necessários à Polícia Civil para aparelhar-se com o fim de dar combate ao crime.

O sr. Antônio Belinati — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Com relação ao pronunciamento que V. Exa. faz sobre o problema policial do Estado do Paraná, queremos lembrar que em razão desse mesmo problema, acontecimentos fatais têm ocorrido em nosso Estado como aquele, que chocou toda a Casa, relacionado com a morte do irmão de um companheiro nosso. Fatos como esse, realmente, chocam e intristecem toda a opinião pública do Paraná.

O nosso Estado é um Estado pujante, é um Estado com uma arrecadação excelente, muito superior a do Estado de Sta. Catarina.

Reportando-se àquele Estado, queremos lembrar que conhecemos pessoas que deixam a Polícia do Paraná para ingressar na Polícia do Estado de Sta. Catarina porque lá ganham melhor e naturalmente, em razão disto, desejam um melhor veio de vida. É uma vergonha para nós vermos policiais de nosso Estado desviarem-se para outros Estados em busca de melhor salário.

O SR. MAURICIO FRUET — Agradeço a V. Exa. e como representa nesta Casa um dos Municípios de maior destaque e desenvolvimento de nosso Estado, no caso a metrópole de Londrina, gostaria de acrescentar, não tenho absoluta certeza, mas, até 1970, Londrina era o segundo município em população no Estado, não dispunha em sua Delegacia Regional de sequer um técnico em perícia, especializado.

Não sei se já tem agora, mas até o ano de 1970, não dispunha de um perito especializado.

O sr. Antônio Belinati — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Apenas para informar a V. Exa. que a Delegacia Regional de Londrina ainda continua em falta, não há ali nenhum perito como V. Exa. acabou de mencionar. Eu diria até mais, nobre Deputado, às vezes em determinados casos, a pessoa telefona para a Polícia para reclamar que está sendo assaltada, e quando eles informam que têm viaturas, porque nem sempre têm viaturas para atender às vítimas, quando têm viaturas, às vezes não têm a gasolina. Então é comum em Londrina e no Norte do Estado, as vítimas terem que colocar o seu carro, ou de amigos, à disposição dos Agentes Policiais; para ir ao encalce de assaltantes de residências e ladrões de carros etc. Aliás, houve uma denúncia há pouco tempo através, do jornal "Folha de Londrina", sobre alguns elementos da Polícia do Paraná, não estamos em condições de dizer em qual cidade, onde certos Agentes estariam cobrando para devolver o carro à vítima. Eles telefonam e dizem: O sr. que teve o seu veículo roubado, quanto nos oferece de gratificação para recebê-lo de volta?

Isto acontece; não é denúncia nossa, mas sim do jornal "Folha de Londrina", que tem pautado sempre com seriedade, houve inclusive casos, em que a vítima teve que pagar três mil cruzeiros para que os Agentes de Polícia efetuassem a devolução do veículo, ou lhe dessem a "dica", dizendo onde o mesmo se encontrava. Talvez, isso, seja consequência da própria situação do baixo salário que estes elementos percebem, se bem que o baixo salário não justifica a desonestidade.

Era o aparte.

O SR. MAURICIO FRUET — A verdade é que o problema se verifica em todas as regiões do Estado; praticamente em todos os Municípios paranaenses, a Polícia está desaparelhada para combater ao crime. E os marginais, conscientes destes fatos, sabendo que a Polícia não tem condições de combatê-los, fazem com que o número de assaltos, o número de crimes apareceram de forma impressionante. E o problema existe já de há muito tempo, todos os Senhores são conscientes disso, é portanto, necessário, imprescindível e importante, que este problema seja enfrentado, atendendo-se à nossa Polícia Civil. Polícia que está integrada por elementos que se dedicam com muito en-

tusiasmo, com muito sacrifício ao desempenho da causa pública. Nós que tivemos a honra de conviver com muitos dêes, sabemos das suas lutas, do seu sacrifício e do seu trabalho. É preciso pois, que êsses Agentes da Polícia Civil recebam, por parte do Poder Executivo, a imprescindível colaboração, a fim de que devidamente capacitados, possam desempenhar com tranquilidade e sobretudo com justiça e objetividade, a sua profissão. Era só.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência tem a honra de comunicar a visita do sr. Nicola Petev, Ministro Extraordinário e Plenipotenciário da República Popular da Bulgária. Designo os srs. deputados Antônio Maciel, Gabriel Manoel Borsari Neto, João Fadel e Sebastião Rodrigues Júnios, para em comissão, recepcionarem S. Exa.

Está finda a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 41 srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Armando Queiroz, constante do Expediente. Necessita de apoioamento. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Borsari Neto, constante do Expediente. Necessita de apoioamento. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Requerimento de autoria do sr. deputado Paulo Poli, constante do Expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n.º 89-71. — **Aprovado.**

De acôrdo com o requerimento de preferência aprovado,

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 89-71, de autoria do dep. Paulo Poli, fica acrescido ao artigo 131, da Lei n.º 5.871 de 6 de novembro, o parágrafo que especifica. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. com SUBSTITUTIVO GERAL. — **EM REGIME DE URGÊNCIA.** — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 89/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O Art. 131, da Lei n.º 5.871, de 6 de novembro de 1968, fica acrescido do seguinte parágrafo:

“Parágrafo único — Fica assegurado ao Professor, na aposentadoria, o direito de optar pelos vencimentos de cargo em comissão que haj exercido por mais de 2 (dois) anos, ininterruptamente ou por mais de 4 (quatro), com interrupções”.

Art. 2.º — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 3 de junho de 1971.

(a) Deputado Paulo Poli.

JUSTIFICAÇÃO:

São muitos os cargos, no setor do Magistério, que devem ser exercidos, em comissão, por Professôres.

exercício implica em ampliação de responsabilidades, tanto que a remuneração

Como regra geral, são cargos de expressão, de relevante significado, cujo que lhes é atribuída excede aquela a que faz jus o ocupante de cargo comum de magistério.

Parece-nos, portanto, perfeitamente cabível, e até recomendável, que ao Professor que atenda os requisitos dêste Projeto se assegure, como justa retribuição, levar para a inatividade o proveito financeiro mais elevado a que se credenciou no decurso de longa e sacrificada carreira.

Súmula: Dispõe sobre o Estatuto do Magistério e dá outras providências.

LEI N.º 5.871

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO VII
DA APOSENTADORIA**

Art. 131 — As disposições relativas à aposentadoria aplicam-se ao professor que contar mais de quinze anos de serviço efetivo e ininterrupto em cargo de provimento em comissão, seja ou não ocupante de cargo de provimento efetivo.

Art. 132 — A licença para tratamento de saúde precede sempre a aposentadoria, nos casos das lestras “a” e “b” do item I do artigo 126.

Art. 133 — A aposentadoria produz efeito a partir da publicação do respectivo decreto no órgão oficial.

Art. 134 — No caso da aposentadoria por motivo de saúde, o professor é afastado do serviço a partir da data do respectivo laudo médico e considerado em licença para tratamento de saúde, ainda que tenha decorrido o prazo estabelecido no artigo 80, até a publicação do Decreto da aposentadoria.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 89-71.

Autor: Dep. Paulo Poli.

Natureza: Dispõe sobre a opção dos vencimentos do cargo em comissão, exercido por professor, na passagem para a inatividade.

O nobre Deputado pretende acrescentar o art. 131, da Lei n.º 5.871, de 6 de novembro de 1968 (Estatuto do Magistério) de um parágrafo, estabelecendo direito de optar pelos vencimentos de cargo em comissão que haja exercido por mais de dois anos, ininterruptamente ou por mais de quatro, com interrupções, o professor em trânsito para a inatividade.

Realmente, a justificação do ilustre autor nos convence da justiça da proposição, porquanto há casos em que o professor, durante sua vida funcional, é guindado a cargos em comissão em caráter quase que permanente. Ao se transferir para a inatividade, tem seus proventos calculados na base dos vencimentos do cargo efetivo, de regra inferiores aos dos cargos em comissão. Não é justo que depois de tantos serviços prestados, de haver suportado os ônus da responsabilidade de chefias, tenha de ajustar seu orçamento doméstico a importância inferior àquela a que se havia habituado, ao longo do tempo.

A medida é positiva.

Apenas, data venia do nobre colega, entendemos um tanto largos os prazos estabelecidos. Por essa razão, oferecemos, a seguir, um substitutivo reduzindo os períodos de exercício dos cargos em comissão, para fazer jús ao benefício.

A matéria é da competência deste Poder, inclusive, quanto à iniciativa.

Opino pela aprovação, na forma do substitutivo anexo.

Sala das Comissões, em 6 de julho de 1971.

(aa) **Wilson Brandão** — Presidente

Gilberto Carvalho — Relator

SUBSTITUTIVO GERAL

AO

PROJETO DE LEI N.º 89-71

Art. 1.º — O art. 131, da Lei n.º 5.871, de 6 de novembro de 1968, fica acrescido do seguinte:

“Parágrafo único — Fica assegurado ao ocupante de cargo de professor, o direito de optar, na aposentadoria, pelos vencimentos de cargo em comissão que tenha exercido por mais de um (1) ano, ininterruptamente, ou por mais de três (3), com interrupções”.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 6 de julho de 1971.

(aa) **Wilson Brandão** — Presidente

Gilberto Carvalho — Relator

Muggiati Filho

Cândido Martins de Oliveira

COMISSÃO DE FINANÇAS E PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 89/71

P A R E C E R

AO PROJETO DE LEI N.º 89-71

O presente plano de Lei tem por objetivo assegurar ao ocupante de cargo de professor, o direito de optar, na aposentadoria, pelos vencimentos de cargo em comissão, nos casos que especifica.

O projeto já possui parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, que inclusive elaborou substitutivo geral.

Assim sendo, opinamos pela sua aprovação, nos termos do substitutivo geral.

Sala das Comissões, em

(aa) **Leopoldo Jacomel** — Presidente

Santos Lima — Relator

Paulo Poli

Maurício Fruct

Fuad Nacli

Ovídio Franzoni

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

P A R E C E R

AO PROJETO DE LEI N.º 89-71

O presente Plano de Lei que dispõe sobre a opção dos vencimentos do cargo em comissão, exercido por professor, na passagem para a inatividade, foi detidamente examinado pelas doudas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, tendo recebido pareceres favoráveis e substitutivo geral na primeira delas.

2) Quanto ao mérito que a esta Comissão cabe examinar, entendemos ser das mais propícias a iniciativa do nobre Deputado Paulo Poli, pois vem de encontro às aspirações de uma grande, laboriosa e nobre classe, a qual não se verá privada de parte de seu orçamento, como qual estava acostumada a contar.

3) Nestas condições, somos pela sua aprovação, nos termos do substitutivo geral apresentado pela douda Comissão de Constituição e Justiça, já referido, o qual adotamos sem qualquer restrição.

É o parecer.

Sala das Comissões, em julho de 1971.

(aa) **Antônio Lopes Júnior** — Presidente

Arizone Araújo — Relator

Alvaro Dias

Acyr José

Fassaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 33-70; que declara de Utilidade Pública, o Circulo Cultural de Cantores Brasileiro-Germânico "Harmonia", com sede nesta Capital. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 33-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — É declarada de utilidade pública, o "Círculo Cultural de Cantores Brasileiro-Germânico "Harmonia", com sede em Curitiba, capital do Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17.06.71.

(aa) **Cândido Manoel Martins de Oliveira** — Presidente

Wilson Brandão — Relator

Maurício Fruet

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 165-70, de autoria do dep. Túlio Vargas, passa a denominar-se São Jorge do Ivaí o atual Município de São Jorge. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 249-70, de autoria do dep. Igo Iwant Losso, que declara de Utilidade Pública a Associação Evangélica Beneficente de Guarapuava. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI NR. 349-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Evangélica Beneficente de Guarapuava - Paraná.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de setembro de 1970.

(a) **Dep. Igo Iwant Losso**

JUSTIFICATIVA :

A Associação Evangélica Beneficente de Guarapuava, vem prestando inegáveis serviços ao povo carente de recursos naturais não só na cidade como em toda a região.

Suas finalidades, como muito bem se pode verificar, são estritamente humanitárias e caritativas.

Desta forma, a entidade deve merecer o reconhecimento do Poder Público, como estímulo a continuidade de seus meritórios trabalhos, pois está devidamente registrada sob o n.º 209, no livro A, do Registro de Títulos e Documentos do 1.º Ofício de Pessoas Jurídicas.

Espero assim, a aprovação unânime da Casa, pela justeza da proposição. Anexo os Estatutos.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 249-70

Autor: Dep. Igo Losso

Súmula: "Declara de Utilidade Pública a Associação Evangélica Beneficente de Guarapuava".

1) A Proposição ora em exame vem articulada e devidamente justificada, nos termos do Regimento Interno.

2) A Associação que se pretende declarar de Utilidade Pública, segundo os seus Estatutos presta, realmente, serviços desinteressadamente à coletividade, e, por outro lado, os membros de sua Diretoria não percebem qualquer espécie de remuneração.

A Carta constitutiva da referida Associação, por sua vez, está devidamente registrada no 1.º Ofício de Pessoas Jurídicas, da Comarca de Guarapuava, sob número 209, no livro "A".

3) Assim, pois, referido Projeto não apresenta qualquer óbice quer de ordem constitucional, quer de ordem legal.

4) Quanto a sua oportunidade, nada a opor
Em face das razões expeditas, somos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em maio de 1971.

(aa) Wilson Brandão — Presidente

Sebastião Rodrigues Júnior — Relator

Emílio Carazzai

Arthur de Souza

Igo Losso

Cândido Martins de Oliveira

Armando Queiroz

Muggiati Filho

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 21-71, de autoria do dep. Jorge Sato, que declara de Utilidade Pública, a Associação Brasileira de Mulheres Médicas — Seção do Paraná, com sede e fóro nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 21-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — É declarada de utilidade pública, a Associação Brasileira de Mulheres Médicas — Seção do Paraná, com sede e fóro na Comarca de Curitiba.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 30 de março de 1971.

(a) Jorge Sato.

JUSTIFICATIVA: O Projeto visa a declarar por lei, como de utilidade pública, a Seção do Paraná da "Associação Brasileira de Mulheres Médicas", que tem sede e fóro na comarca de Curitiba.

A iniciativa propugna por essa declaração legal de utilidade pública, fundamentando-se nas beneméritas finalidades e excelsos objetivos que orientam as atividades da entidade, constituindo o cerne da sua própria existência jurídica.

Consoante dispõem os Estatutos da ABMM — Seção do Paraná (anexo), lhe são atribuídas, precipuamente, as seguintes finalidades:

"1) Representar a classe dentro do Estado do Paraná, bem como no país e no estrangeiro nos casos cabíveis, pugnando pelos interesses científicos, educacionais, profissionais e materiais, perante os poderes constituídos e o povo em geral;

2) Cooperar em assuntos relacionados com a saúde da população;

3) Estudar problemas de especial interesse para a mulher médica;

4) Promover o entendimento e a amizade entre as mulheres médicas de todo o mundo;

5) Promover o intercâmbio técnico-científico, cultural e social entre as médicas do Brasil, proporcionando convivência amistosa". (Art. 2.º).

É curial e absolutamente certo que a proposição dessas finalidades define um alto sentido de utilidade pública, bastando assinalar, por exemplo, o desejo de cooperar em assuntos relacionados com a saúde da população.

Cumprê destacar, igualmente, que o art. 40, dos mencionados Estatutos, prevê, para o caso de dissolução e liquidação da entidade, que os bens havidos e constitutivos do patrimônio serão destinados, de preferência, à obras de assistência médica, estabelecendo, quanto a isso, que "o beneficiário será escolhido pela Assembléia Geral dentre organismos ou entidades reconhecidos pelo poder público".

Por fim, é de se dizer que a entidade preencha todos os requisitos exigidos para a declaração de utilidade pública, inclusive o da não remuneração das dirigentes dos cargos executivos e das associadas às quais sejam cometidos encargos na ativação das finalidades da Associação Brasileira de Mulheres Médicas — Seção do Paraná.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas prerrogativas regimentais, tendo sido designado Relator ao Projeto de Lei n.º 21-71, de autoria do nobre deputado Jorge Sato, em face da ausência da certidão que comprove o registro da Entidade que se pretende declarar de utilidade pública, no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas competente, REQUER seja referido projeto convertido em diligência, a fim de ser sanada a irregularidade apontada.

Sala das Comissões, em 19 de maio de 1971.

(a) Muggiati Filho.

Deferido.

Em 19.5.71.

(a) Wilson Brandão — Presidente C.C.J.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 21-71

Autor: Dep. Jorge Sato.

Súmula: Declara de utilidade pública, a Associação Brasileira de Mulheres Médicas — Seção do Paraná, com sede e fóro nesta Capital.

PARECER

É medida autorizatória, plenamente justificável, não contraria dispositivos legais ou constitucionais. Somos pela APROVAÇÃO, tendo em vista anexação de certidão solicitada em reunião anterior desta Comissão.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.6.71.

(aa) Emílio Carazzai — Presidente

Muggiati Filho — Relator

Armando Queiroz

Gilberto Carvalho

Cândido M. M. de Oliveira

Sebastião Rodrigues Júnior

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 33-71, de autoria dos Deputados Paulo Poli e Wilson Fortes, que autoriza o Poder Executivo doar ao Hospital Psiquiátrico "Cândido Berthier Fortes", de Paranavaí, uma Camioneta Rural Willys, como especifica. — Parecer favorável da C.C.J. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 33-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar, ao Hospital Psiquiátrico "Cândido Berthier Fortes", de Paranavaí, a camioneta Rural Willys — ano de fabricação 1966, motor n. B.—6—264.643, chassis n.º 6—8222—04927, de 6 cilindros, 90 HP, cor verde, placa n.º 28-07, de propriedade do Estado.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1971.

(aa) **Dep. Paulo Poli**

Dep. Wilson Fortes

JUSTIFICAÇÃO:

O veículo que se pretende doar, por este projeto de lei, está cedido pelo Estado ao estabelecimento hospitalar, há já algum tempo.

Tendo em vista esse particular e considerando-se os serviços que o referido Hospital presta ao Estado, quando dispensa atendimento à população desamparada, a medida é perfeitamente cabível.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 33-71

Autores: Deputados Paulo Poli e Wilson Fortes.

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a celebrar doação.

P A R E C E R

1) O presente Projeto, subscrito pelos nobres Deputados Paulo Poli e Wilson Fortes, visa autorizar o Poder Executivo a doar, ao "Hospital Psiquiátrico Cândido Berthier Fortes", localizado na cidade de Paranavaí, uma camioneta Rural Willys, conforme especificações constantes do artigo 1.º, de propriedade do Estado.

2) Tratando-se de simples autorização, dentro dos limites constitucionais da iniciativa desta Assembléia, nada temos a opor à aprovação do plano de lei em referência.

É o parecer, sub censura.

Sala das Comissões, em 15 de julho de 1971.

(aa) **Wilson Brandão** — Presidente

Arthur de Souza — Relator

Igo Losso

Cândido Martins de Oliveira

Muggiati Filho

Sebastião Rodrigues Júnior

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do sr. deputado Antônio Maciel, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo trágico desaparecimento do vereador à Câmara Municipal de Apucarana, Dr. Osmar Guaracy Freire, ocorrido em recente desastre automobilístico no sudoeste paranaense. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao cidadão paranaense sr. Luis Rigoni. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Leopoldo Jacomel, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 103-71. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Sebastião Rodrigues Júnior, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao sr. Secretário da Agricultura, no sentido de serem tomadas providências relativas à solução do drama do suinocultores. Em discussão.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Peço a palavra, sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE — Fica transferida a discussão do requerimento para o final da Ordem do Dia de amanhã.

Requerimento de autoria do sr. deputado Nelson Buffara, constante do

Expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao sr. Governador do Estado, no sentido de que sejam elevados em dois níveis, por meio de Decreto, os cargos em que foram aproveitados os ex-integrantes da Polícia Rodoviária Estadual. — Em discussão.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Peço a palavra, sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE — Fica adiada a discussão do requerimento para o final da Ordem do Dia de amanhã.

Requerimento de autoria do sr. deputado Domicio Scaramella, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao sr. Secretário da Viação e Obras Públicas, contendo apêlo no sentido da construção de um prédio para as instalações do Posto Fiscal Rio da Areia, na cidade de União da Vitória. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Mauricio Fruet, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao sr. Governador do Estado, dando ciência do requerimento e sugerindo a S.Exa. que, com a máxima urgência, adote medidas necessárias e indispensáveis para assegurar e oferecer condições atualizadas à Polícia Civil paranaense. — Em discussão.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Peço a palavra, sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE — Fica adiada a discussão do requerimento para o final da Ordem do Dia da próxima sessão.

Requerimento de autoria do sr. deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ao sr. Secretário da Educação e Cultura, pedido de informações. — Em discussão.

O SR. PRESIDENTE — Fica transferida a discussão do requerimento para o final da Ordem do Dia de amanhã.

Requerimento de autoria do sr. deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao sr. Governador do Estado, contendo voto de plena confiança em seus trabalhos para conseguir junto à alta direção da Petrobrás, a instalação de uma refinaria de petróleo em nosso Estado. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Nivaldo Krüger, constante do Expediente, solicitando seja endereçado telegrama à Bancada paranaense com assento nas duas Casas do Congresso Nacional, para procurarem sensibilizar o Governo Central e a cúpula dirigente da Petrobrás, fazendo-lhes ver o interesse, necessidade e vantagem da instalação no Paraná, de uma refinaria de petróleo. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Muggiati Filho, constante do Expediente, solicitando providências do sr. Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, no sentido de melhoria e conservação da estrada que liga Santa Isabel do Ivaí a Paranavaí. — **Aprovado.**

(Assume a Presidência o sr. Antônio Costa)

etioan etoai ntéaoi netaoi

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, para explicação pessoal, ao sr. deputado Sebastião Rodrigues.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Retorno à Tribuna tendo em vista que o requerimento que apresentei a esta Casa, endereçado ao sr. Secretário da Agricultura, foi considerado prejudicado pelo nobre deputado Ivo Tomazoni. Embora S.Exa. assim o entenda, eu não participo do entendimento de S.Exa. e mantenho o requerimento. Mantenho porque as afirmativas que fiz acerca do mal que está dizimando o rebanho suíno de Santo Antônio do Sudoeste não são afirmações minhas. Baseei-me numa reportagem mutio bem feita de "O Estado do Paraná". Reportagem que transcreve, inclusive, uma entrevista com o sr. Júlio Ahú, pre-

sidente do Sindicato dos Agricultores daquele município, e a afirmativa de que há seis meses o assunto já foi trazido ao conhecimento da Secretaria de Agricultura do Estado do Paraná e do representante classista daquela região.

Se, portanto, como diz o nobre deputado Ivo Tomazoni, são inverdades, transfiro ao Presidente do Sindicato de classe de Santo Antônio do Sudoeste a safirmações do deputado Ivo Tomazoni.

Parece-me, entretanto, que entende o nobre Deputado que tão bem representa aquela região nesta Casa, que há seis meses o assunto não foi trazido ao conhecimento das autoridades, porque há apenas vinte dias S.Exa. tomou conhecimento do mesmo. Não vejo porque, obrigatoriamente, os assuntos que devam ser trazidos ao conhecimento das autoridades responsáveis pelo Executivo do nosso Estado precisem passar, primeiro, pelo conhecimento do nobre deputado Ivo Tomazoni. S.Exa. alega que o assunto não foi trazido, desde aquele tempo, ao conhecimento das autoridades, porque S.Exa. apenas tomou conhecimento dele há vinte dias. E que, portanto, são inverdades as afirmações do sr. Presidente do Sindicato dos Agricultores de Santo Antônio do Sudoeste, segundo as quais, há seis meses, ele havia endereçado ao Ministério da Agricultura e à Secretaria da Agricultura, amostras do produto com que vinha sendo alimentado o suíno da região, para análise.

Permito-me ler, para transcrição nos Anais desta Casa, trechos da entrevista do sr. Júlio Abú.

“É estranho — diz o Presidente do Sindicato dos Agricultores de Santo Antônio do Sudoeste — é estranho que, durante seis meses, o Ministério da Agricultura ainda não tenha feito uma análise da amostra do produto que entregamos em mãos do fiscal da equipe técnica de Defesa Sanitária Animal”, declarou o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Antônio do Sudoeste, sindicato que congrega mil e oitocentos associados.

Prossegue o Presidente: “Sem o resultado da análise do produto que deveria ser feita pelo Ministério da Agricultura, há seis meses, e pela Secretaria da Agricultura, a quem também foi enviada uma amostra, nada poderemos fazer”.

Foi na declaração de um homem responsável como este que baseamos as informações prestadas nesta Casa, nesta tarde.

Não considero o meu requerimento prejudicado. Mesmo porque, o que está em foco, atualmente, é o exame de uma ração, da qual, possivelmente, estaria resultando o mal que ataca o rebanho suíno do Sudoeste. Mas, não está comprovado que é a ração. Poderia ser outro mal. Para isto existe a Secretaria da Agricultura, para iso ela deveria remeter para lá técnicos para apurar isso.

Mas, parece que o nobre deputado Ivo Tomazoni entende justamente o contrário. Pois S.Exa. diz que recebeu...

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência tem a honra de anunciar a presença, neste recinto, de S.Exa. o sr. Nicolai Petev, Ministro Extraordinário e Plenipotenciário da República Popular da Bulgária.

Suspendo a sessão a fim de que os srs. Deputados possam cumprimentar S.Exa.

(É suspensa a Sessão)

O SR. PRESIDENTE — Está reaberta a sessão. Continua com a palavra o sr. deputado Sebastião Rodrigues.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES — Sr. Presidente, srs. Deputados, prosseguindo e, ao mesmo tempo, concluindo insisto em que minhas declarações nesta Casa foram baseadas na informação do sr. Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Santo Antônio do Sudoeste. Afirmava S.S., como tive oportunidade de ler à Casa, que há seis meses enviara amostra da ração para exame ao Ministério da Agricultura e ao órgão competente da Secretaria de Agricultura do Estado.

Não considero, portanto, meu requerimento prejudicado como alegou o deputado Ivo Tomazoni.

O sr. Ivo Tomazoni — V.Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Quando fui à tribuna disse que faria, como fiz, um depoimento do que sabia a respeito do que ocorria no município de Santo Antônio do Sudoeste. Afirmei à Casa que até vinte dias passados nenhum representante dessa região nesta Assembleia havia, sequer, tomado conhecimento, de vez que todos os representantes do Sudoeste têm vivência na região e lá estão permanentemente como eu, V. Exa., deputado Cândido. Há vinte dias atrás, o único problema referente aos suínos estaria relacionado a que os mesmos estavam sendo vítimas de mal desconhecido. Naquela oportunidade fomos informados de que a ração que estava sendo ministrada aos suínos poderia ter uma fórmula capaz de prejudicar a alimentação e conseqüentemente causar a morte do rebanho.

No mesmo dia solicitamos e os criadores de Santo Antônio nos remeteram amostras daquela ração, a qual foi encaminhada ao Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas. Numa análise feita em 48 horas, embora não conclusiva, chegou-se ao seguinte: Se a dosagem de sal fôsse ministrada à base de 5% na ração, isto poderia até matar o animal em consequência do "empedramento" — esta foi a expressão — dos intestinos. Porém, se ministrada à base de 2% a ração poderia ser dada aos animais.

Mesmo assim, através de telegrama, avisamos aos criadores que suspendessem o fornecimento dessa ração ao rebanho de suíno até que o IBPT nos desse o laudo conclusivo.

Veja bem, nobre Deputado, porque consideramos o requerimento prejudicado. Desde que aquela ração foi suspensa não morrem mais suínos em Santo Antonio do Sudoeste.

Em razão disto a nossa preocupação terá que ser outra, terá que ser no sentido de evitar que os criadores de suínos paguem a ração que adquiriram através de financiamento ou sem financiamento e estão sendo coagidos a pagar as notas promissórias que emitiram na compra da ração. Parece-me que a nossa preocupação agora, vai para uma outra fase, se concluirmos que a fórmula da ração é criminosa, vamos responsabilizar a firma que vendeu a ração.

E vamos para outra instância, para, responsabilizando a firma fornecedora, pelo menos procurar evitar a cobrança até judicial, das dívidas que os criadores assumiram com o fornecedor. É isso o que eu disse, nobre Deputado. É estranho que o Presidente do Sindicato diga que há seis meses tomou as providências, e nenhum de nós Deputados, ninguém na Capital do Estado, tivesse tomado conhecimento do que lá ocorria. Quando eu estive em Sto. Antonio nos últimos três meses, duas vezes, eu visitei o município e ninguém me informou de que o rebanho de suínos estivesse sendo vítima de qualquer mal ou estivesse perecendo.

Foi o que eu disse da tribuna, nobre Deputado, e V. Exa. talvez não tenha entendido bem o que eu pretendia dizer.

O SR. SEBASTIAO RODRIGUES — Agradeço o aparte, e quero dizer a V. Exa., que eu entendi. Ocorre que a presença de V. Exa. na tribuna, sucedeu a minha, e V. Exa. iniciou o seu discurso, cujas notas taquigráficas eu tenho em mãos, afirmando que não é verdade que há seis meses, o rebanho de suínos daquele próspero município, esteja sendo dizimado por enfermidade, quando não é verdade também, que o Governo do Estado não tomou as providências cabíveis.

Ora, eu não havia esclarecido quando informei à Casa que há seis meses haviam sido solicitadas as providências cabíveis, que fazia aquilo fundamentado na entrevista que concedeu à imprensa da Capital, o Presidente do Sindicato dos Produtores de Sto. Antônio do Sudoeste. Então poderia parecer que estaria dizendo que não era verdade a afirmativa que eu trouxe à Casa, que não era a verdade as afirmações deste Deputado.

O sr. Ivo Tomazzoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Por favor, nobre Deputado, eu estive em Sto. Antônio, e quando estou lá, sempre visito o maior número de pessoas que conheço. Nos últimos três meses, estive duas vezes, e ninguém, ninguém, nobre Deputado, no diálogo comigo,

mesmo os criadores que conversaram comigo, me informaram desta ocorrência. Se ela fosse verdadeira à época, quero crer, as queixas teriam sido formuladas, e nós teríamos trazido o problema naquela época. Porque quando nos trouxeram, há vinte dias, no mesmo dia, procuramos equacionar o problema com a máxima urgência.

O SR. SEBASTIAO RODRIGUES — Se V. Exa. permite, gostaria de dizer a V. Exa. o que penso desta matéria.

Entendo que o assunto chega ao conhecimento dos srs. Deputados, quando adquire a feição de calamidade pública, o que acontece no momento. Entretanto, já no início, justamente aonde eu cito as palavras do Presidente do Sindicato classista daquela região, justamente no início, pressentindo que havia qualquer coisa de anormal, o Presidente do Sindicato, deva ter, como afirma a imprensa da Capital, remetido amostras da ração ao Ministério da Agricultura e à Secretaria de Agricultura. Entendo que V. Exa. só tenha tido conhecimento do assunto há vinte dias passados, mas não posso excluir a possibilidade de que alguém se comunique com os elementos do Governo sem ser através de V. Exa. Admito que o próprio Presidente do Sindicato tenha se comunicado com a Secretaria de Agricultura, e V. Exa. no entanto, vem de admitir esta hipótese.

O sr. Ivo Tomazzoni — Por favor, nobre Deputado, não vamos mistificar. Eu quis dizer que estive lá, e visitei o município duas vezes nos últimos três meses, e ninguém na cidade, ninguém, me informou de que o rebanho de suínos estivesse sendo dizimado por qualquer doença. Estranhei justamente pelo fato de que quando se visita um município e tendo morrido qualquer criação, é gado vacum, é gado suíno ou equino sei lá, nós somos os primeiros a receber as queixas. V. Exa. inclusive sabe, que o colono é o primeiro que procura o vereador, o prefeito e o deputado. Daí, eu estranhar que se afirme de que embora a nota publicada pelo jornal, nas decalgações o Presidente do Sindicato, afirma que há seis meses foi enviado ao Ministério da Agricultura quando e quando fala no envio ao Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas, não dá a data, nobre Deputado, nem o tempo em que foi feito. Talvez ele se retire também aos vinte dias, muito embora ele não precise há quanto tempo mandou ao Instituto de Biologia. Ele afirma que há seis meses mandou ao Ministério da Agricultura.

O SR. SEBASTIAO RODRIGUES — A nota diz o seguinte: sem o resultado da análise do produto que deveria ter sido feita pelo Ministério da Agricultura há seis meses e pela Secretaria, pela Secretaria, nobre Deputado. Excelência, nós não vamos discutir.

O sr. Ivo Tomazzoni — V. Exa. permite, vamos entender. V. Exa. teria dito que teria que ser feita há seis meses pelo Ministério e pela Secretaria. Agora ele foi claro, pelo Ministério da Agricultura.

O SR. SEBASTIAO RODRIGUES — E pela Secretaria, Exa. O português é correto. Há seis meses pelo Ministério da Agricultura e pela Secretaria. É muito mais fácil concluir que os seis meses refere-se à Secretaria do que concluir-se, como V. Exa. pretendeu. Mas Exa., o que é importante para mim, é que V. Exa. não considere, como defensor do Sudoeste do Paraná, o meu requerimento prejudicado, porque, na verdade, o que está sendo prejudicado é o interesse da nossa região. Então, eu peço a V. Exa. que não considere o meu requerimento prejudicado, em homenagem aqueles agricultores, em homenagem aqueles suinocultores que estão sofrendo, diga-se de passagem e com brilhantismo e com entusiasmo, nesta Assembléia.

O sr. Ivo Tomazzoni — Muito obrigado, Deputado. V. Exa. permite mais um aparte? V. Exa. está apresentando um requerimento louvado no que uma reportagem que foi feita, por sinal o jornal publicou hoje, mas V. Exa. talvez não tenha conhecimento que os suínos deixaram de morrer no instante que se deixou de ministrar aquela ração, nobre Deputado. Daí a razão pela qual considero o requerimento apresentado por V. Exa. extemporâneo. É esta a razão exata. Não há outra.

O SR. SEBASTIAO RODRIGUES — Exa. eu não fiz o requerimento para

que os suínos continuem morrendo. Não. Eu fiz o requerimento solicitando ao Ministério da Agricultura, algo de conclusivo sobre a matéria. V. Exa. mesmo acabou de admitir neste Plenário que as conclusões da Secretaria da Agricultura, do órgão técnico, não foram as definitivas. Justamente isto é que eu pretendo, que ele se manifeste, que o órgão competente se manifeste conclusivamente, para que se possa atribuir a responsabilidade, para que se possa apurar se é mesmo da ração ministrada erroneamente ou se foi defeito da própria ração em si, para que se possa proceder como V. Exa. pretende, judicialmente, contra aqueles que forneceram a ração ao suinocultor da região. É necessário que se proceda a análise do produto, é necessário que se chegue a uma conclusão definitiva sobre a matéria. V. Exa. acabou de dizer que não existe isto, então como o requerimento em que pedi esta conclusão está prejudicado? Vamos aguardar a conclusão para que possamos, afinal de contas, ter, então, uma noção exata do que está ocorrendo na região.

O sr. Ivo Tomazzoni — Eu quero crer, nobre Deputado, que V. Exa. redigiu o requerimento afirmando que nenhuma providência foi tomada pelo Governo do Estado.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES — Quem afirma é o Presidente do Sindicato, Exa.

O sr. Ivo Tomazzoni — V. Exa. da tribuna disse exatamente isso. Eu estou dizendo que as providências foram tomadas e V. Exa. não que racreditar. Eu lanco um desafio a V. Exa.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES — Nenhuma providência foi tomada, informando sobre a análise da ração.

O sr. Ivo Tomazzoni — Vamos juntos ao Instituto de Biologia, ao término da sessão e V. Exa. receberá então do próprio Instituto as informações. A análise não pode ser feita em 48 horas, porque determinado material tem que ir para as estufas e permanecer por certo tempo, para que se chegue a uma conclusão. Eles não querem que a conclusão seja precipitada, porque no laudo a ser fornecido pelo Instituto de Biologia, estará a responsabilidade que nós vamos pretender promover da firma que vendeu o produto. Esta a razão da análise que foi feita.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES — Eu cumprimento a V. Exa. pelo zelo no trata do assunto.

O sr. Ivo Tomazzoni — A análise primeira, foi feita e daí solicitarmos que se suspendesse o fornecimento daquela ração ao rebanho. E, segundo informações que eu tenho, suspensa aquela ração, na alimentação dos suínos, eles deixaram de morrer. Aquêles aos quais já tinha sido administrada aquela ração, segundo informações, ainda, tiveram os intestinos ressequidos e os que não morreram não se desenvolveram mais, estão praticamente dados como rebanho perdido. Estas as informações que estou dando a V. Exa.; não posso convencê-lo, V. Exa. tem o seu ponto de vista.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES — Agradeço a V. Exa. Mas, em termos muito mais amplos, acerca do assunto, queria que a Secretaria desse informações, que não se prendem apenas ao problema da análise da ração.

Este assunto foi levado ao órgão competente por V. Exa. e cumprimento-o pelo zelo; mas solicito à Mesa, que mantenha o meu requerimento, porque não o considero prejudicado; na verdade o grande prejudicado em todo este assunto é o Sudoeste do Paraná.

Obrigado. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 4, quarta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 145/70;

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs.: 249/70, 21/71, 33/71, 89/71;

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs.: 8/70, 257/70, 237/70, 103/71.

Levanta-se a sessão.